



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

PROJETO DE LEI Nº , de 2026.
(Do senhor Eduardo da Fonte)

Altera o Estatuto da Criança e do Adolescente para incluir os atos infracionais de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais e endurecer a hipótese de aplicação da medida socioeducativa de internação.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo incluir os atos de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, entre as condutas que autorizam o juiz a decretar a medida socioeducativa de internação, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º A Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I – tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa **ou a animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, na forma descrita no art. 32 da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998;**





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Apresentação: 02/02/2026 11:11:02.423 - Mesa

PL n.39/2026

.....

.....

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada, **exceto o previsto no art. 122-A desta Lei.**

Art. 122-A. Nos casos do cometimento de ato infracional previsto no inciso I do caput do art. 122, a medida socioeducativa de internação será obrigatoriamente imposta pelo juiz, ainda que ausente reincidência específica.

§ 1º Na hipótese do caput, é vedada a aplicação isolada das medidas de advertência e de prestação de serviços à comunidade, devendo o juiz, se não decretar a internação, impor, no mínimo, medida de semiliberdade ou de liberdade assistida cumulada com obrigação específica de participação em programas de responsabilização, reeducação ética e promoção da empatia para com os animais e a coletividade.

§ 2º A medida de internação aplicada com fundamento neste artigo será acompanhada, necessariamente, de:

I – atendimento psicológico especializado em violência, empatia e manejo de impulsos agressivos;

II – participação em programas estruturados de reeducação ética, responsabilização e desenvolvimento de competências socioemocionais;

III – avaliação interdisciplinar periódica do risco social e da possibilidade de reincidência em condutas violentas contra animais ou pessoas.

Art. 122-B. Fica instituído, no âmbito do sistema de justiça da infância e da juventude, cadastro sigiloso de





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

atos infracionais mediante grave ameaça ou violência a pessoa ou a animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos, para fins de acompanhamento especializado e prevenção de reincidência.

§ 1º O Cadastro terá acesso restrito ao Poder Judiciário e ao Ministério Público, vedada a divulgação a terceiros, ressalvadas as hipóteses legais de compartilhamento de informações para fins de proteção da criança e do adolescente ou de apuração de novos atos infracionais.

§ 2º As informações constantes do cadastro serão utilizadas exclusivamente para subsidiar decisões judiciais, planos individualizados de atendimento, avaliações de risco social e a articulação de políticas públicas de prevenção à violência.

§ 3º A inscrição, a atualização e a exclusão de dados no cadastro observarão os princípios da proteção integral, da prioridade absoluta, da confidencialidade e da finalidade específica, vedada qualquer forma de estigmatização ou discriminação.

Art. 122-C. Nos casos de atos infracionais mencionados no inciso I do art. 122, presume-se a culpa in vigilando dos pais ou responsáveis legais, impondo-se a reparação civil, nos termos do art. 932 do Código Civil, salvo prova em contrário.

§ 1º A presunção de que trata o caput não prejudica a plena apuração da responsabilidade do adolescente pelo ato infracional, nem afasta a necessidade de aplicação de medidas de apoio e orientação à família.





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

Apresentação: 02/02/2026 11:11:02.423 - Mesa

PL n.39/2026

§ 2º O juiz, ao analisar o caso concreto, deverá:

I – avaliar as condições familiares, sociais e econômicas do adolescente e fixar o valor da reparação civil imposta aos pais ou responsáveis, conforme o caso;

II – determinar, quando necessário, a inclusão dos pais ou responsáveis em programas de orientação familiar, prevenção da violência e promoção de vínculos protetivos;

III – comunicar aos órgãos de proteção e ao Ministério Público indícios de omissão grave, negligência ou outras formas de violação de direitos da criança e do adolescente.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

O presente Projeto de Lei tem por finalidade aperfeiçoar o microssistema de responsabilização socioeducativa previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A proposição endurece a sanção pela prática de atos infracionais cometidos mediante grave ameaça ou violência e inclui, de forma expressa, os atos de abuso, maus-tratos, ferimento ou mutilação de animais.

A iniciativa decorre da constatação de uma lacuna normativa relevante. Embora o ordenamento jurídico brasileiro tipifique os maus-tratos a animais como crime ambiental (art. 32 da Lei nº 9.605/1998), o ECA não contempla, de modo explícito, a violência grave contra animais como hipótese apta a fundamentar a aplicação da medida socioeducativa mais gravosa. Essa





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

ausência compromete a dosimetria da resposta estatal diante de atos infracionais marcados por extrema crueldade.

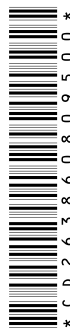
Episódios recentes de ampla repercussão social evidenciaram esse déficit normativo. Caso emblemático foi o do cão “Orelha”, que morreu após sucessivos maus-tratos praticados por adolescentes — fato que gerou profunda comoção pública e expôs a insuficiência dos instrumentos jurídicos disponíveis para uma resposta socioeducativa proporcional, preventiva e protetiva da coletividade.

Nesse contexto, o Projeto de Lei promove ajuste pontual e tecnicamente delimitado no art. 122 do ECA, equiparando, para fins socioeducativos, a violência grave contra animais à violência grave contra pessoas, sem criar novos tipos infracionais e sem alterar a natureza do sistema.

A internação permanece medida excepcional, mas passa a contar com previsão expressa quando presentes atos de violência contra pessoas ou animais, em consonância com a gravidade concreta da conduta. O art. 122-A do Projeto estabelece, nesses casos, a possibilidade de internação independentemente de reincidência específica, reconhecendo que determinados atos infracionais, pela intensidade da violência e pelo risco social envolvido, exigem resposta estatal mais robusta.

Ainda assim, o dispositivo preserva a lógica socioeducativa ao prever, de forma obrigatória, acompanhamento psicológico especializado, programas de reeducação ética, desenvolvimento de empatia e avaliações interdisciplinares periódicas — afastando, assim, qualquer viés meramente punitivo.

O art. 122-B, por sua vez, cria cadastro sigiloso de atos infracionais praticados mediante grave violência contra pessoas ou animais, com acesso restrito ao Poder Judiciário e ao Ministério Público. Trata-se de instrumento de gestão de risco, prevenção de reincidência e qualificação das decisões judiciais, vedada qualquer forma de estigmatização ou divulgação





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

indevida, em estrita observância aos princípios da proteção integral, da confidencialidade e da finalidade específica.

Já o art. 122-C introduz presunção relativa de culpa *in vigilando* dos pais ou responsáveis legais, nos termos do art. 932 do Código Civil, possibilitando a responsabilização civil quando caracterizada omissão no dever de cuidado. A medida não afasta a responsabilização do adolescente nem desconsidera sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, mas reforça a corresponsabilidade familiar, aliando responsabilização, orientação e políticas de apoio à família.

Sob o prisma constitucional, o Projeto de Lei respeita integralmente o art. 228 da Constituição Federal, não promovendo qualquer antecipação de responsabilidade penal nem mitigação da inimputabilidade penal dos menores de 18 anos. A atuação legislativa restringe-se ao campo socioeducativo, preservando a distinção estrutural entre o sistema penal e o sistema de justiça juvenil.

Do mesmo modo, a proposição não possui caráter retroativo: aplica-se exclusivamente a fatos posteriores à sua vigência e não altera o regime jurídico das medidas já em execução. O que se busca é o aperfeiçoamento prospectivo da resposta estatal, com maior clareza normativa e racionalidade decisória.

A iniciativa também se harmoniza com o art. 225 da Constituição Federal, que impõe ao Poder Público e à coletividade o dever de proteger o meio ambiente, inclusive a fauna, vedando práticas que submetam os animais à crueldade. A proteção ambiental, nesse contexto, articula-se com a segurança pública, a formação ética de crianças e adolescentes e a prevenção de ciclos de violência.

Registre-se, por oportuno, que a ideia original da proposição é do Vereador Anderson Correia, do Município de Caruaru/PE, cuja atuação consistente na defesa da causa animal — em articulação com o Ministério Público, protetores independentes e a sociedade civil organizada — evidenciou





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Eduardo da Fonte

a necessidade concreta de adequação do marco normativo federal à realidade enfrentada em diversos municípios brasileiros.

Diante disso, o Projeto de Lei representa avanço normativo equilibrado, constitucionalmente adequado e socialmente necessário, ao fortalecer a proteção ambiental, aprimorar a política socioeducativa e oferecer ao Estado instrumentos mais eficazes de prevenção da violência, sem afastar garantias fundamentais.

Sala das Sessões, em 2 de fevereiro de 2026.


Deputado EDUARDO DA FONTE
PP/PE

